



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**

**VARA ÚNICA**

**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **3000217-21.2013.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Ação Popular - Atos Administrativos**  
 Requerente: **JOÃO VÍTOR FERREIRA ROSA JÚNIOR**  
 Requerido: **JOÃO SIQUEIRA FILHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

JOÃO VÍTOR FERREIRA ROSA JÚNIOR propôs ação popular em face de JOÃO SIQUEIRA FILHO argumentando, em síntese, que o requerido, quando prefeito do município de Ibaté, permitiu, em 29 de outubro de 2013, que um micro-ônibus do município, conduzido por servidor público, transportasse sete mulheres a um evento na cidade de São Paulo. No mérito, pugnou pelo reconhecimento da violação aos artigos 10 e 11 da LIA e pela condenação do réu a restituir aos cofres públicos os valores despendidos com a viagem, além das verbas de sucumbência. Juntou documentos às fls. 13/20.

O requerido foi citado e apresentou resposta às fls. 133/149 contrapondo as alegações do autor e sustentando, em essência, que o transporte decorreu de incentivo ao comércio municipal. Apontou ausência de dano ao erário. Pediu a improcedência da ação.

Houve réplica (fl. 156).

Instadas as partes, o autor postulou a produção de prova oral. Silente o réu.

Na solenidade, produzida a prova oral, designou-se nova data para oitiva de testemunha impedida de comparecer.

A fl. 181, o autor desistiu da prova oral.

Encerrou-se a instrução concedendo-se às partes oportunidade para apresentarem alegações finais. Alegações do autor a fls. 185/186. Silente o réu.

Manifestou-se o Ministério Público pela extinção do processo sem resolução do mérito (fls.189/191).

É o relatório. DECIDO.

Não se trata de hipótese de extinção do processo sem resolução do mérito porquanto a condição de cidadão está comprovada pela certidão expedida pela Justiça Eleitoral anexada a fl. 13.

Passo à análise do mérito.

A ação é improcedente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**

**VARA ÚNICA**

**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Os fatos narrados na petição inicial não bastam, isoladamente, para a configuração de ato ímprobo. Para a caracterização da improbidade é necessária a existência de ilegalidade qualificada, aquela apta a resultar violação aos princípios da honestidade e lealdade, o que não se verifica nos autos.

Nesse sentido já se posicionou o Superior Tribunal de Justiça: *ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS COM DISPENSA DE LICITAÇÃO. RECEBIMENTO DE VALOR NÃO PREVISTO NO CONTRATO. ART. 3º. DA LEI 8.666/93. SÚMULA 284 DO STF. ART. 10, CAPUT DA LEI 8.429/92. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DOLO EM CAUSAR PREJUÍZO AO ERÁRIO. MERA IRREGULARIDADE FORMAL. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA SEM LICITAÇÃO. FRACIONAMENTO INDEVIDO. ART. 23 E 24 DA LEI 8.666/93. INEXISTÊNCIA DA VIOLAÇÃO APONTADA. RECURSO ESPECIAL DE TARCÍSIO CARDOSO TONHA PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, PROVIDO. RECURSO ESPECIAL DE JOÃO CARLOS SANTINI DESPROVIDO. (...) A ilegalidade e a improbidade não são - em absoluto, situações ou conceitos intercambiáveis, não sendo juridicamente aceitável tomar-se uma pela outra (ou vice-versa), eis que cada uma delas tem a sua peculiar conformação estrita: a improbidade é, dest'arte, uma ilegalidade qualificada pelo intuito malsão do agente, atuando sob impulsos eivados de desonestidade, malícia, dolo ou culpa grave. 4. No caso em comento, o fato de a prestação dos serviços ter sido iniciada antes da formalização do contrato, por si só, não caracteriza ato de improbidade administrativa, mas mera irregularidade. Não há evidências de que o Advogado, ora recorrente, tenha se apropriado indevidamente de tal valor (R\$ 4.000,00); pelo contrário, depreende-se dos autos que esse montante foi recebido como contraprestação pelos serviços efetivamente prestados. (...) Negado provimento ao Recurso Especial de João Carlos Santini. (REsp 1416313/MT, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 12/12/2013).*

Salutar a docência de Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco: *"O Estado não deve obediência a qualquer moralidade, mas somente àquela compartilhada na comunidade política específica. (...) O reconhecimento da moralidade como princípio jurídico apenas significa a atribuição a determinado ato formalmente jurídico de uma dimensão ética"* (in, Curso de Direito Constitucional, ed. 9ª, 2014, p. 847).

Não há nada que indique que o uso do transporte público por terceiros favoreceu pessoalmente o réu ou atendeu a interesse particular.

Desse modo, não restou delineada a ilicitude da conduta, tampouco a lesividade do ato mencionado na petição inicial, não se desincumbindo o autor do ônus da prova que lhe competia.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido. Sem condenação pelo ônus da sucumbência por não vislumbrar a existência de má-fé.

P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 14 de abril de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA